



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
3ª VARA DO TRABALHO DE MONTES CLAROS – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
NEURISVAN ALVES LACERDA**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 10.770, de 21-11-2003

Data da instalação: 16-12-2005

Data de implantação do PJe: 4-3-2015

Jurisdição: Montes Claros, Bocaiúva, Botumirim, Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Cristália, Engenheiro Navarro, Francisco Sá, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Itacambira, Josenópolis, Juramento, Mirabela, Olhos-D'Água, Padre Carvalho, São João da Lagoa, São João do Pacuí e Ubai.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 8-4-2021, p. 3.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 30-11-20

Às 8 horas do dia vinte e três de abril de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020 na 3ª Vara do Trabalho de Montes Claros, situada na Avenida Major Alexandre Rodrigues, 65, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Neurisvan Alves Lacerda**; o MM Juiz Auxiliar Dr. **Marcelo Palma de Brito**; se faz presente, a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Angela Beatriz Rodrigues Castro Bernardino; os servidores Betina Sá de Andrade Costa, Carlos Antônio Jardim Murta, Ediclece Sena Vilasboas, Eduardo Souza Silva, Érika Cristina Nogueira Souto, Isabela Santana Pizarro Silveira, Jéssica Mendes Nogueira e Rodrigues; Jussara Moutinho Rocha, Lina Fagundes de Matos, Luciene Araújo Aguiar, Reinaldo César Ferreira Neves e Roberta Librelon da Cunha e a estagiária Martha Emanuelle Rodrigues Ferreira. Ausente a servidora Juliana Márcia Vieira Maldonado, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 501 processos, distribuídos neste ano até o dia 14-4-2021, apurando-se a média de 7,8 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 15 cartas precatórias, dentre elas 7 executórias, até o dia 14-4-2021, das quais 6 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 387 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 97 processos foram remetidos neste ano até o dia 14-4-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 74 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal, em razão



das férias do Titular de 18-2 a 9-3 e da antecipação de feriados em Montes Claros, de 17-3 a 22-3-2021, conforme Decreto Municipal nº 4189 de 17 de março de 2021.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 50 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 168 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 52 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se não existir processo sobrestado.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC, não há processo sobrestado já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Quando necessário, seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema e-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema e-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Montes Claros - 03ª Vara						
	Indicador / Ano (Nota: os resultados do 3º trim/2020 foram atualizados devido as remessas retificadoras dos dados de 2020 enviadas ao TST)	2016	2017	2018	2019	3º	4º
trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)						trim/2020 (01/01/20 a 31/12/20)	
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)		41,40	46,74	34,75	26,11	26,72	25,55



1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 14-4-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	177
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	304
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	67

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	26
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	2	5
2017	6	4
2018	5	3
2019	25	2
2020	214	1
2021 - ano de referência	296	
TOTAL	548	0,57



Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de abril até o dia 14-4):

Processo	Classe	Tarefa
0011228-57.2016.5.03.0145	Ação Civil Pública	Cumprimento de Providências
0012074-74.2016.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010225-71.2017.5.03.0100	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010248-76.2017.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011020-39.2017.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Assinar despacho
0011752-20.2017.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011883-92.2017.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0011923-74.2017.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010218-07.2018.5.03.0145	Ação Civil Pública	Elaborar sentença
0010982-90.2018.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0011282-52.2018.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0011441-92.2018.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011534-55.2018.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010110-41.2019.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010144-16.2019.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010557-29.2019.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010564-21.2019.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010882-04.2019.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010978-19.2019.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença



0011018-98.2019.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
---------------------------	--	-----------------------------

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	12
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	644

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	129

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	4
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	804

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0



aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	67
---------------------------------	--	----

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Montes Claros - 03a Vara					
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)	4º trim/2020 (01/01/20 a 31/12/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	82,97	69,09	67,45	53,50	63,43	71,74

Existem 992 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 749 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 108 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 135 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 14/04/2021

No ano anterior, até dia 14/04/2020 - havia 1.203 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 921 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 273 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 9 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.



Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de abril até o dia 14-4):

Processo	Classe	Tarefa
0000788-12.2010.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou Do Concluído Para Despacho
0000367-85.2011.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Devolução De Carga De Advogado
0000378-17.2011.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação Publicada
0010139-33.2015.5.03.0145	Execução Fiscal	Aguardando Prazo
0001194-62.2012.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Concluído Para Despacho
0010096-96.2015.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Prazo
0011072-06.2015.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Prazos Vencidos
0010416-49.2015.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Final Do Sobrestamento
0011500-85.2015.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0011391-71.2015.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Final Do Sobrestamento
0011591-78.2015.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar Expedientes E Comunicações
0010826-10.2015.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar Expedientes E Comunicações
0011508-62.2015.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0011633-30.2015.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0011070-36.2015.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Prazo
0010626-66.2016.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Final Do Sobrestamento
0010363-68.2015.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento De Providências
0010534-25.2015.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar Expedientes E Comunicações
0010015-16.2016.5.03.0145	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências



0011489-94.2015.5.03.0100

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo

Aguardando Final Do Sobrestamento

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de abril até o dia 14-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	15	32
02-FEVEREIRO	22	50
03-MARÇO	45	53
04-ABRIL	23	23
05-MAIO	24	
06-JUNHO	40	
07-JULHO	27	
08-AGOSTO	21	
09-SETEMBRO	23	
10-OUTUBRO	21	
11-NOVEMBRO	94	
12-DEZEMBRO	30	
Totais	385	158

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04
		2					3						1			
DANIELA TORRES CONCEICAO		1														
MARCELO PALMA DE BRITO	10	16	11					3	2	3	1			13		2
NEURISVAN ALVES LACERDA	5	2	34	23	21	33	24	18	21	18	73	30	31	30	32	21
SERGIO SILVEIRA MOURAO		1			3	7					20			7	21	
Totais	15	22	45	23	24	40	27	21	23	21	94	30	32	50	53	23



Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de abril até o dia 14-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	21	2
02-FEVEREIRO	22	3
03-MARÇO	15	9
04-ABRIL	3	1
05-MAIO	7	
06-JUNHO	27	
07-JULHO	17	
08-AGOSTO	7	
09-SETEMBRO	5	
10-OUTUBRO	7	
11-NOVEMBRO	5	
12-DEZEMBRO	7	
Totais	143	15

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 14-4-2021, existem 38 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	7
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	28
Tutelas Provisórias Pendentes	3
Total	38

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e



recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 26-4-2021 havia 15 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 7 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 3 processos;
- c) **instrução:** 3 processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010394/21, 0010305/21, 0011351/20, 0011108/20, 0010097/21, 0010103/21, 0010333/21, 0010335/21, 0010028/21 e 0011019/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010097/21, 0010103/21, 0010333/21 e 0010335/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Pannel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 18-4-2021, 79 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 2 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010155/21, 0010140/21, 0010174/21, 0010289/21, 0010187/21, 0011081/20, 0011463/20, 0011235/20, 0010898/20, 0011503/20, 0010042/21, 0010235/21, 0010250/21, 0010158/21, 0010165/21, 0010109/21, 0010054/21, 0010071/21, 0010114/21, 0010015/21, 0010014/21, 0010038/21, 0010966/20, 0010261/21, 0010284/21, 0010134/20, 0010127/20, 0010174/20, 0011178/20, 0010809/20, 0011349/20, 0011182/20, 0010257/21, 0010256/21, 0010253/21, 0010070/20, 0010665/19, 0010551/20, 0010506/20, 0010929/19, 0010834/20, 0010523/20, 0011114/19, 0011379/19, 0010072/19, 0010919/18, 0011503/18, 0012084/17, 0011183/19, 0011413/20, 0010118/21, 0010285/21, 0010229/21, 0010105/21, 0011223/20, 0011360/20, 0010032/21, 0010063/21, 0011583/20, 0010121/21, 0011144/17, 0010903/18, 0010678/18, 0010031/19, 0010600/17, 0010430/17, 0011478/19, 0010384/19, 0011583/19 e 0011661/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010042/21, 0010235/21, 0010250/21, 0010158/21, 0010165/21, 0010109/21, 0010054/21, 0010071/21 e 0010114/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.



Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000208-06.2015.5.03.0145	Aguardando apreciação pela instância superior
0010128-04.2015.5.03.0145	Cumprimento de Providências
0010218-07.2018.5.03.0145	Elaborar sentença
0010398-28.2015.5.03.0145	Aguardando prazo
0011014-66.2016.5.03.0145	Aguardando apreciação pela instância superior
0011228-57.2016.5.03.0145	Cumprimento de Providências
0011540-91.2020.5.03.0145	Elaborar sentença

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 11 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010403-40.2021.5.03.0145	Aguardando audiência
0010431-13.2018.5.03.0145	Aguardando apreciação pela instância superior
0010514-58.2020.5.03.0145	Aguardando prazo
0010842-61.2015.5.03.0145	Cumprimento de Providências
0010843-46.2015.5.03.0145	Aguardando apreciação pela instância superior
0011303-96.2016.5.03.0145	Aguardando apreciação pela instância superior
0011527-97.2017.5.03.0145	Aguardando apreciação pela instância superior
0011668-53.2016.5.03.0145	Aguardando apreciação pela instância superior
0011740-06.2017.5.03.0145	Aguardando apreciação pela instância superior
0011950-57.2017.5.03.0145	Aguardando prazo
0136300-35.2008.5.03.0145	Aguardando audiência



3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	33	51	45
Instrução processo físico	1.834	0	0
Instrução processo eletrônico	186	149	124

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	7	18	10-5-21 - 11 dias
Procedimento Ordinário	7	19	7-6-21 – 30 dias
Instrução	103	95	23-8-21 - 86 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 14-4-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	444	132

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	116	112



3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	125	1.135
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	1	2.787
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	1	812

No ano atual, apurou-se que, até o dia 14/04/2021, com 64 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	16	0,25
Julgados procedentes em parte	89	1,391
Julgados improcedentes	15	0,234
Extintos com resolução de mérito	1	0,016
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	121	1,891
Extintos sem resolução de mérito	62	0,969
Arquivamento	18	0,281
Desistência	10	0,156
Outras decisões sem resolução de mérito	10	0,156
Total sem resolução de mérito	100	1,562
Decisões de conhecimento	221	3,453
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	43	0,672
Decisões na fase de execução	26	0,406
Total	290	4,531



No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	62	0,264
Julgados procedentes em parte	279	1,187
Julgados Improcedentes	101	0,43
Extintos com resolução de mérito	6	0,026
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	448	1,906
Extintos sem resolução de mérito	67	0,285
Arquivamento	89	0,379
Desistência	70	0,298
Outras decisões sem resolução de mérito	40	0,17
Total sem resolução de mérito	266	1,132
Decisões de conhecimento	714	3,038
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	143	0,609
Decisões na fase de execução	76	0,323
Total	933	3,97



4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – No período de 01/03/2021 até 31/03/2021, com 22 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	3	0,136
Conciliação em execução	18	0,818
*Encerramento de instrução	2	0,091
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	40	1,818
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	56	2,545
Una / Una (rito sumaríssimo)	111	5,045
Total	228	10,4

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de março de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 107 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução. Mês de abril 2021 apurado até dia 14-4:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
01-JANEIRO	32	42	7	7	2	1
02-FEVEREIRO	57	63	3	3	7	1
03-MARÇO	85	111	10	10	1	1
04-ABRIL	28	25		7		1
05-MAIO	107		6		3	



06-JUNHO	118		4		4	
07-JULHO	101		10		7	
08-AGOSTO	70		6		5	
09-SETEMBRO	91		8		5	
10-OUTUBRO	95		8		7	
11-NOVEMBRO	107		8		3	
12-DEZEMBRO	74		19		6	
Totais	965	241	89	27	50	4

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04
	2															1
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS											1	5				
MARCELO PALMA DE BRITO	33	52	26				2	23	11	2					13	
NEURISVAN ALVES LACERDA	6	15	70	28	85	109	116	58	93	92	87	94	50	33	79	32
SERGIO SILVEIRA MOURAO					31	17				16	30			21	43	
Totais	41	67	96	28	116	126	118	81	104	110	118	99	50	67	122	33

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de abril 2021 apurado até dia 14-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	93	79
02-FEVEREIRO	179	205
03-MARÇO	177	230
04-ABRIL	0	96
05-MAIO	184	
06-JUNHO	280	
07-JULHO	281	
08-AGOSTO	231	
09-SETEMBRO	266	
10-OUTUBRO	170	
11-NOVEMBRO	255	
12-DEZEMBRO	220	
Totais	2336	610



	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS										1	5				
MARCELO PALMA DE BRITO	93	154	67			11	92	21						52	25
NEURISVAN ALVES LACERDA		25	110	120	245	270	139	245	138	168	215	79	93	132	71
SERGIO SILVEIRA MOURAO				64	35				32	86			60	98	
Totais	93	179	177	184	280	281	231	266	170	255	220	79	205	230	96

Foram realizadas 114 audiências de 5-4-2021 até o dia 15-4-2021 e designadas 119 de 19-4-2021 até do dia 30-4-2021. No mês de maio estão designadas 228 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de abril 2021 apurado até dia 14-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	107	85
02-FEVEREIRO	112	120
03-MARÇO	177	197
04-ABRIL	104	50
05-MAIO	143	
06-JUNHO	158	
07-JULHO	156	
08-AGOSTO	146	
09-SETEMBRO	148	
10-OUTUBRO	145	
11-NOVEMBRO	141	
12-DEZEMBRO	111	
Totais	1648	452

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04
DANIELA TORRES CONCEICAO	3	9	14	7	1											
MARCELO PALMA DE BRITO	55	81	53	27	1		2	25	10	10				13	6	5



NEURISVAN ALVES LACERDA	6	14	110	69	110	139	149	118	138	120	101	111	85	76	131	39
SERGIO SILVEIRA MOURAO				1	31	19	5	3		15	40			31	60	6
VANELI CRISTINE SILVA DE MATTOS	43	8														
Totais	107	112	177	104	143	158	156	146	148	145	141	111	85	120	197	50

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (mês de abril 2021 apurado até dia 14-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	1312	968
02-FEVEREIRO	1609	961
03-MARÇO	1615	1438
04-ABRIL	960	460
05-MAIO	1414	
06-JUNHO	1697	
07-JULHO	1473	
08-AGOSTO	1154	
09-SETEMBRO	1401	
10-OUTUBRO	1067	
11-NOVEMBRO	1320	
12-DEZEMBRO	778	
Totais	15800	3827

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min e/ou 13h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.



Recomenda-se ao magistrado, quanto à residência, que cumpra a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenha o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 – até 14-4
Processos recebidos	1.635	1.543	501
Média por dia útil	7,3	6,5	7,8
Processos remanescentes do ano anterior	884	556	562
Sentenças anuladas	28	9	2
Total de processos para solução	2.547	2.108	1.065
Processos solucionados	1.997	1.648	452
Processos conciliados	995	934	231
Produtividade	78,41%	78,18%	42,44%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 5,62% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 0,23%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação



jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 14-4-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	231
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	452

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	452
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	503

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	134
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	132



MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 14-4-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	656
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	402

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	808
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	200

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 14-4-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	402
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	200
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	14

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	656
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	808
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045	14



(servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)

Perfil da Vara do Trabalho		Montes Claros - 03a Vara				
Indicadores / Período de referência	Ano 2019	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim	
	01/01/2019 a 31/12/2019	2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2020 01/07/2019 a 30/06/2020	2020 01/10/2019 a 30/09/2020	2020 01/01/2020 a 31/12/2020	
Indicadores						
I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,60	0,78	0,45	0,27	0,20	
I02 - Pendentes	1.754	1.833	1.712	1.604	1.562	
I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	1,05	12,33	0,00	0,00	0,00	
I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	275,33	263,29	273,64	217,28	177,20	
I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	101,44	108,17	107,48	121,20	120,45	
I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.622,67	1.683,05	1.815,04	1.486,27	1.208,86	
I07 - Taxa de conciliação (%)	49,29	50,43	51,86	53,35	56,67	
I08 - Taxa de solução (%)	120,66	112,94	110,07	108,52	106,19	
I13 - Taxa de execução (%)	232,68	228,77	257,75	174,83	107,67	
I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	26,22	28,53	25,77	26,30	25,55	
I10 - Taxa de congestionamento na	53,50	53,39	54,46	63,32	71,74	



	execução (%)					
	I11 - Produtividade por servidor	179,53	179,07	167,27	145,80	142,14
	I12 - Pendentes por servidor	103,60	109,13	98,80	95,67	101,79
Meso	Acervo	0,63	0,63	0,28	0,25	0,23
	Celeridade	0,43	0,43	0,46	0,42	0,45
	Produtividade	0,39	0,45	0,40	0,37	0,34
	Congestionamento processual	0,46	0,48	0,41	0,44	0,47
	Força de trabalho	0,41	0,42	0,39	0,38	0,39
Macro	IGEST	0,4656	0,4800	0,3874	0,3708	0,3719
	Posição IGEST	106	106	50	47	42
	Movimentação processual	1501 a 2000				

FONTE: Sistema e-Gestão (dados do último trimestre extraídos em 07/04/2021)

6. ARRECAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária Imposto de Renda		Valor pago aos reclamantes
R\$1.631.411,46	R\$210.809,46	R\$17.146.984,86

7. **PORTARIAS** – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho não há Portaria em vigor.

8. **SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correção, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. **DA SECRETARIA** – Concluída a correção, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correção, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.



10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o percentual alcançado foi de 86,74% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 88,83%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 100,06% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Em 2020, quando a Meta era “era Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 105,84% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo o resultado deste Regional de 98,21%.

Meta 3 CNJ/2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o percentual alcançado foi de 124,99% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,77%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 142,97% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ/2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.



Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o percentual alcançado foi de 126,26% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 106,93%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 114,29%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT/2021: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

No ano 2021, até o dia 31-3-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 168 dias, sendo de 175 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 177 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

Meta 11 CNJ/2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet esta unidade organizacional possui 2 processos migráveis.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.



12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

4) saneados os processos incidentais, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

5) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região,



observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

6) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

7) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

8) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

9) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

10) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: "inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado";

11) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;



12) observado o lançamento do recolhimento de imposto de renda, em razão do valor demonstrado no item 6 desta ata;

13) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigco.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

14) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprezada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formulada naquela oportunidade:

1) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

A Corregedoria Regional reitera a observância da recomendação acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16,



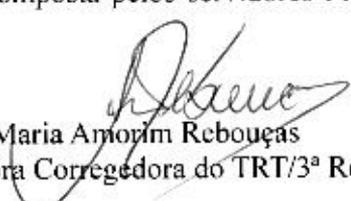
disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correção, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h30min do dia vinte e seis de abril de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 54, publicado no DJe 8-4-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.


Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE
OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2021.04.23 11:10:49 -03'00'